

PROTAGONISMO FEMININO NA LUTA POR MORADIA DIGNA: as ocupações do centro de São Paulo

Patrícia Lima Ramos (IC) e Debora Sanches (Orientadora)

Apoio:PIBIC Mackenzie

RESUMO

Esta pesquisa discorre sobre os problemas de déficit habitacional na região central da cidade de São Paulo e como a problemática da moradia afeta diretamente o grupo feminino, resultando no crescimento das desigualdades sociais e de gênero. A base de estudo foi dada a partir da verificação do protagonismo feminino nos movimentos sociais de luta por moradia em São Paulo, analisando a trajetória de mulheres do movimento e as principais dificuldades enfrentadas para obter a casa própria, além disso, também se analisou como a atuação do movimento está proporcionando o empoderamento destas mulheres e a profunda ressignificação das suas próprias vidas. Verificou-se também a desenvoltura da atuação dos movimentos de moradia através das suas lideranças e bases, que veem reconfigurando novas estratégias para traçar um desenho urbano mais igualitário. A pesquisa demonstra como ter acesso a moradia é importante para todos, principalmente para as mulheres. A casa garante as mínimas condições de segurança para estruturação da sua base familiar, decorrente das várias conquistas que só são possíveis quando se tem um endereço fixo. O artigo obteve resultados sobre o desenvolvimento de um grupo feminino que mesmo enfrentando diversas dificuldades delimitadas por uma esfera social machista, está avançado no crescimento da participação política e ampliando a conquista dos seus direitos, como por exemplo, o acesso à moradia digna. O presente artigo foi influenciado por estudos de direito à cidade, moradia e conceitos do feminismo contemporâneo, e tem como objetivo esclarecer e fomentar a relação entre a luta por moradia e a liderança feminina na participação desta estrutura.

Palavras-chave: Moradia, Feminismo e Cidade.

ABSTRACT

This research discusses the problems of housing deficit in the central region of the city of São Paulo and how the problem of housing directly affects the female group, resulting in the growth of social and gender inequalities. The study base was given from the verification of the female protagonism in the social movements of struggle for housing in São Paulo, analyzing the trajectory of women of the movement and the main difficulties faced to obtain their own house, moreover, it was also analyzed as the movement's performance is providing the empowerment of these women and the profound resignification of their own lives. It was also verified the resourcefulness of the performance of the housing movements through their leaders and bases, who see reconfiguring new strategies to outline a more egalitarian urban design. The research demonstrates how having access to housing is important for everyone, especially women. The house guarantees the minimum security conditions for structuring your family base, due to the various achievements that are only possible when you have a fixed address. The article obtained results on the development of a female group that, despite facing several difficulties delimited by a sexist social sphere, is advancing in the growth of political participation and expanding the conquest of their rights, such as, for example, access to decent housing. This article was influenced by studies on the right to the city, housing and contemporary feminism concepts, and aims to clarify and foster the relationship between the struggle for housing and female leadership in the participation of this structure.

Keywords: Housing, Feminism, City.

1. INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo é uma das cidades mais populosas do Brasil¹, a grande oferta de empregos e atividades informais fez da metrópole um polo atrativo para imigrantes e migrantes que buscavam oportunidades para melhorar suas condições socioeconômicas, aumentando significativamente população urbana no município. A condução do mercado imobiliário foi determinante na relação do crescimento urbano e no processo de periferização da população de baixa renda. O interesse econômico em algumas regiões fez com que o planejamento urbano adotasse estratégias e modelos de administração voltados para a lógica do mercado, postos a serviço das entidades que dominam os setores estatais, ou seja, o grande capital. Com essa configuração econômica, o estado altera suas políticas e passa a criar condições para a instalação de indústrias multinacionais no país (GOHN, 2000, p.17).

Esse modelo de gestão estabeleceu a garantia apenas ao emprego, mas transferiu quase que completamente o problema da moradia para o trabalhador. O morar de forma legal no centro da cidade se tornou muito caro para a população de baixa renda, dando origem as ocupações irregulares que apresentam condições insalubres de moradia (ROLNIK, 2015). Como por exemplo, a habitação coletiva de aluguel “cortiço”, é o tipo de moradia produzida para a população carente, que desde então está presente na área central da cidade (SANCHES, 2015, p.155).

É importante ressaltar que o acesso a moradia é um direito estabelecido na Constituição Federal de 1988, amparada pelos instrumentos urbanísticos para cumprir a função social da cidade, assegurada pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal de 2001 e no atual Plano Diretor de 2014. Direito esse que vem sendo negligenciado pelo poder público, mesmo sendo considerado de caráter fundamental para o desenvolvimento do indivíduo e para a redução da desigualdade social.

Como dizem Flávio Villaça e Ermínia Maricato, o plano diretor nada mais é do que um conjunto de representações ideológicas. [...] E que mesmo em meio a este debate encontramos dificuldades em implantar uma visão que tenha a coragem de aplicar uma metodologia que deixe aflorar os conflitos dos diversos interesses e possa se garantir uma cidade que funcione democraticamente (GONZAGA, 2004, p. 21, 22).

Diante deste cenário de intenso crescimento das desigualdades sociais e do déficit habitacional é que se erguem os movimentos sociais de moradia, com o intuito de reivindicar a atuação do poder público no cumprimento das leis de acesso a moradia. Os movimentos sociais formam um conjunto de ações coletivas de caráter político com a atuação de diferentes

¹ Conforme dados do IBGE de 2020, são 12.325.232 pessoas que habitam a cidade.

atores de várias camadas sociais, suas demandas são politizadas criando um campo de força política na sociedade (GOHN, 2000. p.02). A forma como o movimento articula as suas ações, consiste em organizar a população para ocupar imóveis vazios e ociosos que não estão cumprindo a função social da propriedade, como uma forma de protestar que o Governo garanta e promova novos programas e políticas públicas que facilitem o acesso à moradia digna.

Dado o contexto, pontua-se o protagonismo das mulheres nas lutas urbanas pelo direito à cidade e a moradia digna. As mulheres sempre atuaram em lutas sociais mesmo que não sendo de forma conscientemente feminista, no discurso político já se aplicava a problematização da garantia dos direitos básicos, como a moradia.

As premissas para elaboração deste artigo, partiu-se do estudo das questões de gênero e habitação, incluindo principalmente o estudo de mulheres na liderança dos movimentos sociais de luta por moradia. Desde as experiências dos mutirões na gestão da Prefeita Luiza Erundina no município de São Paulo (1989-1992) a ampla participação das mulheres em todas as fases da construção das casas foi positivamente notada, somada as lutas pela das construções das creches públicas, marca-se uma pequena conquista por uma cidade mais justa e equilibrada.

Assim, considera-se a atuação feminina do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC) e na Frente de Luta por Moradia (FLM) como recorte desta pesquisa, ambos os movimentos contam com inúmeras ocupações que abrigam centenas de famílias na cidade de São Paulo, a maioria destas famílias são constituídas por mulheres chefe de família, que se unem para atuar de forma colaborativa, organizando e liderando a gestão do movimento na luta por moradia digna.

Dado o panorama, se inicia a reflexão sobre as questões de gênero que resultam no aumento do envolvimento das mulheres nos movimentos sociais e esferas políticas em busca da moradia digna. Importante ressaltar que com o início da pandemia e a imposição do distanciamento social, a coleta dos resultados da pesquisa de campo foi interrompida e para finalizar os resultados apresentados no presente artigo, utilizou-se como base as entrevistas da exposição *Almas de Bronze* (2016-2018) da artista Virginia de Medeiros, onde se destacou as principais entrevistas que sintetizaram a profunda ressignificação nas vidas das mulheres envolvidas com o movimento social de moradia.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste item, será referenciado os estudos sobre a problemática do déficit habitacional da cidade de São Paulo e como as questões de desigualdade de gênero afetam

substancialmente as mulheres, que apresentam cada vez mais engajamento nos movimentos sociais. Para tanto, são utilizados diversos autores referenciados no decorrer do texto.

2.1. DESIGUALDADE SOCIAL E O DIREITO A CIDADE

De acordo com Flávio Villaça (2004), a evolução do planejamento urbano, só ocorreu de fato a partir da década de 50, dando início as narrativas sobre a configuração das cidades. Ao analisarmos a ocupação urbana na cidade de São Paulo, especialmente a região central, nota-se que o município sempre contou uma grande demanda de empregos e serviços. Com o crescimento demográfico da cidade, o estado passa a liderar o desenvolvimento nacional e promulga uma série de leis, ministérios e secretárias e a questão social até então objeto da polícia, passa a ter setores específicos dos governos (GOHN, 2000, p. 16, 17).

Segundo Saches (2015, p. 155), “a cidade de São Paulo na primeira metade do século XX se transforma na maior e mais importante metrópole Brasileira e passa a ter um papel evidente na economia nacional por conta da sua grande concentração de riqueza”. Nesta década a cidade se desenvolvia economicamente, promovendo implantações e melhorias na rede de infraestrutura urbana para atender a região central, porém a questão do acesso à habitação social para os trabalhadores foi posta em segundo plano.

Quando o Estado permite que os interesses econômicos do setor privado sobreponham as necessidades sociais da população, ocorre uma desestabilização que favorece o crescimento de um sistema repleto de desigualdades socioeconômicas, prejudicando especialmente a população de baixa renda. Raquel Rolnik (2011, p. 58) menciona: “a ação do Estado tem historicamente produzido e gerido a segregação no país”. Até a década de 1930, cerca de 70% dos imóveis residenciais eram alugados e não havia formas de financiamento público para a construção de casas (KOWARICK E ANT, 1994 e SANCHES, 2015, p. 157). Em paralelo, apenas na década de 1970, iniciou-se a discussão para implantação de políticas públicas mais consolidadas para o desenvolvimento de programas de acesso à habitação social para a população, mesmo assim, insuficientes para a demanda.

Retomando a análise da ocupação urbana na região central da cidade de São Paulo, notamos que existem imóveis vazios e degradados com dívidas ativas junto ao município, que não estão cumprindo a sua função social. Segundo dados do Plano Municipal de Habitação (2016), há 1,4 milhões de domicílios considerados em condições inadequadas de moradia e cerca de 1.300 imóveis ociosos que estão abandonados ou subutilizados. Grande parcela da população, não tem condições de garantir sua moradia no mercado imobiliário formal e acabam se sujeitando as condições precárias de habitação nas periferias da cidade ou para se manter na região central próximos a demanda de emprego, se sujeitam as moradias

insalubres, como os cortiços que estão espalhados pelo Centro. Segundo Sanches (2015, p. 161), “uma parcela da população resiste morando em cortiços em quase todos os bairros centrais com condições precárias e insalubres”, dado a proximidade de se morar próximo ao local de trabalho. Desta forma, a apropriação privada da riqueza socialmente produzida pelos mais ricos, que gera a expulsão dos mais pobres para as periferias, morros ou em habitações precárias. (FERRO, 2018, p. 112).

A moradia é a base em qualquer processo inicial da configuração das alterações do espaço urbano. É o principal espaço onde são estruturadas a base familiar dos indivíduos, caracterizando-se como um local de segurança. Maria da Graça Xavier destaca numa palestra realizada no 1º Seminário da Mulher na Construção Civil em março de 2019, à seguinte conclusão: “A casa é a porta de entrada para outros direitos”. Isto significa que as políticas urbanas de acesso à moradia digna, quando se tornam obsoletas para o Estado, resultam num processo de desigualdade associado não apenas ao problema da habitação, mas também ligado as questões de classe, gênero e raça, interferindo a manutenção do direito à cidade² destes grupos.

As desigualdades são expostas quando analisamos a questão da habitação em São Paulo, dados divulgados pela Secretaria de Habitação (SEHAB), afirma que: “o município conta com 12,2 milhões de habitantes e um déficit habitacional de 3,3 milhões de pessoas que vivem em condições inadequadas” (SINDUSCON, 2020, p. 01). Incluindo neste grupo os assentamentos precários, favelas, cortiços e pessoas em condições de rua.

Para os setores populares, cabe a parte dolorosa da cidade: favelas, cortiços, poucas opções de lazer, muitas horas diariamente no transporte público, trabalhos precários, etc. Gera-se um sentimento amargo no usufruto dos bens públicos, aqueles que se sabem (geralmente de forma inconsciente) sistematicamente excluídos do direito à cidade brasileira. (FERRO, 2018, p.70).

De acordo com o exposto, é possível concluir que existe uma parcela de indivíduos que foram abandonados à própria sorte, e que o poder público continua negligenciado o direito de acesso à moradia adequada com custo acessível, através da promoção de políticas efetivamente produtivas que minimizem a desigualdade social na cidade. De modo geral a população mais pobre, só tem a possibilidade de ocupar as terras periféricas – muito mais baratas, por que não tem qualquer infra estrutura – e construir aos poucos suas casas (ROLNIK, 2011, p 02). A situação é ainda pior quando atinge as famílias constituídas por

² O conceito foi desenvolvido pelo sociólogo francês Henri Lefebvre em seu livro de 1968 *Le droit à ville*.

mulheres solo, que atuam também como a chefe da família, assunto que será abordado nos próximos itens.

2.2. GÊNERO E DIREITO A MORADIA

Nas últimas décadas a importância das mulheres e a visibilidade das organizações e movimentos feministas cresceu notoriamente, e o debate sobre as questões de gênero ganhou espaço em várias esferas sociais possibilitando o empoderamento de mulheres até então consideradas apenas como um grupo vulnerável e frágil.

O movimento feminista, podemos afirmar com segurança, tem sido um movimento social que intervém determinantemente no repensar de categorias, até então, consideradas senso comum, no sentido de criticá-las, contestá-las e, se possível, substituí-las. (GONZAGA, 2004, p. 16).

A discussão sobre gênero, é o resultado da luta de mulheres que teve como base o movimento feminista, aquele que atua na luta pelos direitos de igualdade de gênero. Segundo Gonzaga (2004, p. 20), “Ainda antes de Cristo os homens desenvolveram teorias para tentar fundamentar a incapacidade mental das mulheres e assim decidirem sobre a vida delas. Estes chegaram a afirmar que o útero esvazia as possibilidades da mulher pensar”. Segundo Kergoat (2000, p.01), relata que: “Antropólogas femininas ressignificaram o conceito da divisão sexual do trabalho, demonstrando que não se tratava de um complexo de tarefas, mas de uma relação de poder dos homens sobre as mulheres”. Ao analisarmos a divisão sexual³ do trabalho, notamos que o número de homens em cargos públicos com prestígio agregado é superior ao número de mulheres, que mesmo possuindo anos de estudos e experiência no mercado de trabalho, acabam atuando em cargos menores com o salário inferior. Além da hierarquização dos trabalhos, onde há uma separação entre aqueles que são exercidos majoritariamente por mulheres, e os que são exercidos majoritariamente por homens. Onde as mulheres estão diretamente ligadas a esfera reprodutiva e enquanto os homens são ligados a esfera produtiva, sendo associados aos cargos políticos, militares etc.

As mulheres continuam em desvantagem em relação aos homens no mercado de trabalho, mesmo quando têm anos de estudo e de qualificação profissional, há uma desigualdade principalmente nos salários e cargos de poder ocupados. (Raquel Rolnik, 2011, p. 05).

³ Segundo KERGOAT (2000), a divisão sexual do trabalho tem dois princípios: o da separação e o da hierarquização. O primeiro se refere ao fato de que existem trabalhos prioritariamente dos homens e trabalhos prioritariamente das mulheres – e isso decorre das características socialmente atribuídas a cada um desses grupos sociais. O segundo decorre do primeiro: se há trabalhos para homens e para mulheres, os designados para aqueles são mais valorizados socialmente do que para estas.

Os reflexos da divisão sexual do trabalho são analisados nos dados referentes à pesquisa do Inter American Development Bank (IDB) em 2009, onde no Brasil as mulheres de mesmo grau de instrução e faixa etária, ocupam os mesmos cargos que os homens, mas ganham em média 30% menos que eles. E de acordo com os dados do PNAD/IBGE (2015), o rendimento mensal de todos os trabalhos com mais de 15 anos exercidos por homens (brancos e negros) foi de R\$ 2.058 a R\$ 2.509 e das mulheres (brancas e negras) a variação foi de R\$ 1.567 a R\$ 1.027. Isto é, as mulheres têm trajetórias em ocupações de menos prestígio e/ou sob más condições de trabalho, marcadas pela instabilidade e vulnerabilidade social (HIRATA, 2014, p.63). Ainda temos uma grande oferta de empregos informais que não garantem nenhum direito trabalhista ou estabilidade financeira, sendo a maioria exercidos por mulheres de baixa renda.

As mulheres ainda sofrem com a associação e imposição da responsabilidade do trabalho doméstico, como as tarefas do lar e o cuidado com as crianças, enquanto ao homem é destinado apenas o espaço público e o trabalho valorizado pela sociedade. Quer dizer, a mulher acumula as funções do trabalho privado e do trabalho doméstico, originando o que chamamos de dupla jornada de trabalho, uma realidade enfrentada diariamente por várias mulheres, especialmente as de baixa renda e as negras. Segundo dados do IBGE (2015), as mulheres trabalham cerca de dez horas a mais que os homens, com a jornada dupla e pouca ajuda em casa, algumas ainda complementam sua renda realizando trabalhos manuais na própria casa, como serviços de corte e costura, produção de marmitas, etc.

Além das desigualdades de gênero, a situação fica ainda pior quando o direito à moradia é ameaçado, são elas que mais sofrem, já que perder o lar significa também perder o ambiente de criação dos filhos e seu ambiente de sobrevivência. Em alguns casos, a mulher é vítima de violência doméstica, e por falta de recursos suportam a situação por anos, convivendo na mesma casa que o seu agressor, até o momento que para algumas a dor emocional e física se torna insuportável ao ponto de se sujeitarem as condições de rua. Existe um número imenso de mulheres que ainda sofrem violência sexual e doméstica, seja por medo, insegurança, e até mesmo pela ausência de condições econômicas que possam possibilitar o acesso a um emprego que aumente as chances de entrar num plano de financiamento da casa própria (GONZAGA, 2004, p. 44).

Dados do Instituto Igarapé – EVA (2019), mostra que no Brasil 1,23 milhões de mulheres reportaram sofrer de violência doméstica, cerca de 38 mil mulheres foram assassinadas nos anos de 2010 e 2017 e 66% das vítimas de homicídio são negras e pardas. É evidente que as mulheres das classes populares são atingidas de forma violenta pelo desamparo do próprio Poder Público e a falta de informação dificulta o acesso aos meios de amparo legal para obter proteção.

Diante o exposto, fica evidente a urgência no debate para promoção de políticas públicas que facilitem o acesso à moradia digna, especialmente para as mulheres, vítimas do reflexo de uma sociedade machista e opressora. Todo esse contexto impulsionou uma transformação, ainda que recente, mas de grande proporção, que veem mobilizando à organização de diversos movimentos sociais para reivindicação da moradia. A partir desta análise, partimos para aproximação do grupo feminino e sua atuação dentro dos movimentos sociais de moradia.

2.3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MORADIA

Neste item será abordado o conceito do movimento social de moradia e a associação da liderança com as questões de desigualdades de gênero. O movimento social de moradia é formado por um conjunto de pessoas que lutam de forma coletiva na linha de frente desde 1970, reivindicando políticas públicas para o acesso à habitação. Segundo Gohn, (2000, p.13), “os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais”.

Os pobres, pertencentes aos setores despossuídos e subalternizados da sociedade brasileira, se engajam em movimentos sociais, muitas vezes, como parte de sua luta por direitos básicos da cidadania (saúde, educação, trabalho, moradia, luta pela terra, eletricidade, saneamento básico, creches, etc.), mas não somente. Filiam-se também em lutas identitárias, como o movimento negro, de mulheres, LGBT e outras clivagens da desigualdade social brasileira (FERRO, 2018, p. 30).

Nos anos 2000, ocorre a dissociação de alguns movimentos de moradia na cidade de São Paulo, surgindo o Movimento de Moradia dos Sem Teto do Centro (MSTC), no qual temos como presidente a ativista Carmem Silva. O movimento mobiliza e organiza as famílias e militantes a reivindicarem o direito à habitação social e a formação cidadã. O MSTC, atua em ocupações de imóveis ociosos nas regiões dotadas de infraestrutura urbana, para transformá-los em habitação social. Além de promover o acesso à moradia digna, também ampliam o direito à cidade incluindo o acesso à saúde, cultura, educação e politização das indivíduos que participam do movimento.

A realização desta pesquisa foi baseada no acompanhamento de dois movimentos, o MSTC e a FLM, lembrando que a FLM é uma organização que articula diversos movimentos, enquanto o MSTC representa os atos do próprio movimento. Os movimentos se organizam e se comunicam através dos grupos de base e ocupações de terrenos e imóveis vazios. Os grupos de base local, são formados nos bairros pela organização das comunidades de baixa renda que estão deliberando a luta por moradia (FERRO, 2018 p.139). As reuniões ocorrem quinzenalmente ou mensalmente e são conduzidas pelas lideranças dos movimentos. A força

de uma liderança dentro do movimento é, muitas vezes, expressada pelo tamanho do grupo de base que o coordena (VIEIRA E KOHARA, 2013, p. 164).

Dentre os últimos vinte anos, foram organizadas pelos movimentos de moradia cerca de 200 ocupações em imóveis vazios no Centro de São Paulo, além das intervenções que resultaram na produção de mais de 6.000 unidades habitacionais⁴. (BARBOSA, 2014, p. 26). O MTSC conta com cinco ocupações⁵ distribuídas pela região central de São Paulo, dentre estas será utilizado a Ocupação Nove de Julho como amostra para análise da pesquisa sobre a atuação das mulheres no movimento, ressaltando que o grupo feminino dessa ocupação tem se destacado nos debates sobre o direito à cidade e a reivindicação da habitação social.

A organização do movimento MSTC é formada pela líder ativista Carmem Silva, pelos coordenadores (um para cada ocupação), sendo este é responsável pelas atividades e necessidades da sua ocupação e os mediadores que são divididos por andar e responsáveis pela comunicação direta do movimento com os moradores, além das comissões de trabalho que são responsáveis pela limpeza, manutenção etc. (PIOTTO, 2018, p.57).



Fonte: PIOTTO, modificado pela Autora - 2018

As ocupações de terrenos e imóveis vazios, por sua vez, são realizadas a partir dos integrantes dos grupos de base. Estes na falta de moradia, ocupam um espaço vazio e degradado para ter um local seguro para dormir e subsistir. Quando o movimento assume as ocupações, inicia-se um processo de organização, como por exemplo, a implantação da

⁴ Em parceria com a Secretaria Municipal de Habitação, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) e Caixa Econômica Federal (CEF).

⁵ Ocupação José Bonifácio, Ocupação Casarão, Ocupação Nove de Julho, Ocupação Rio Branco e Ocupação São Francisco (MSTC, 2020).

cozinha comunitária. De modo geral, as ocupações representam estratégias distintas, entre elas. Algumas tem a intensão de fixar os ocupantes nos edifícios até que o poder público se mobilize para que a ocupação se torne um projeto para habitação social, já outras servem como pressão social para fomentar as negociações com o governo, chamadas de ocupação política. Nesse último caso, o período de permanência dos ocupantes é curto, não sendo definido de fato como uma moradia.

Atualmente observamos os avanços, mesmo que lentamente no processo de força das vozes femininas e o seu protagonismo nos atos para reivindicar o planejamento e implementação de novos projetos voltados para habitação social, além das lutas pelos direitos de igualdade das mulheres. Como retratado por Gonzaga (2004) no texto “As mulheres constroem a cidade no seu cotidiano”, uma das grandes conquistas para as mulheres foi a construção de creches publicas⁶ nas periferias da cidade de São Paulo, uma vez que tornou possível ter um local seguro e gratuito para deixar os filhos no período de trabalho.

Importante considerar que a presença de mulheres nos movimentos de moradia enquanto lideranças, são conquistas derivadas de várias lutas de empoderamento de um grupo que deu força a voz feminina no debate público. Para a construção do movimento social, existe a necessidade de traduzir as demandas de uma sociedade carente de suporte social e transformá-las em ações coletivas em busca dos seus direitos. Além disso, quando a gestão do movimento é feminina, considera-se também a postura de militantes (inclusive dos homens) seja condizente com a realidade de superação das desigualdades de gênero. Um dos grandes problemas enfrentados nas ocupações é o grande número de mulheres que sofrem é a violência doméstica (GONZAGA, 2004, p. 45).

Quanto a associação do direto à moradia e as necessidades das mulheres, considerado no exposto da cartilha “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?” da relatoria oficial da ONU, Raquel Rolnik (2011, p.05): “A violação do direto à moradia, para as mulheres representa uma série de consequências específicas, que não se aplicam da mesma maneira para os homens, existe uma ligação sociocultural das mulheres com o espaço doméstico.” Partindo do pressuposto que as mulheres assumem várias demandas fora do papel familiar, e mesmo assim conseguem se envolver no dia a dia dos movimentos sociais, participando de conselhos ligados ao poder público e atuando ativamente nos atos de reivindicações das ações do Estado para conquista da habitação social, concluímos que o movimento tem desenvolvido um papel fundamental dando força as mulheres que se inserem dentro desta esfera.

⁶ Na gestão da prefeita Luiza Erundina, foram construídas 48 creches. (FGV - CPDOV, 2015).

3. METODOLOGIA

Na pesquisa em questão, o dado mais adequado como discutido acima, foi utilizar os métodos que contemplam os aspectos éticos para compreensão da dinâmica do protagonismo das mulheres na luta por moradia digna dentro das ocupações da cidade de São Paulo. A metodologia consistiu em realizar um levantamento bibliográfico sobre os temas de habitação social, políticas urbanas, questões de desigualdade social, desigualdade de gênero, estudos contemporâneos das teorias feministas, estudos dos movimentos sociais e legislações urbanísticas voltadas para habitação social, baseando-se em artigos acadêmicos, teses, dissertações, livros, matérias de jornais, documentários e entrevistas para facilitar o entendimento dos resultados da problemática da moradia e como isso atinge diretamente as mulheres.

Durante a pesquisa, ocorreu a aproximação em campo do grupo de trabalho (GT) que atua na Ocupações do MSTC, formado por um grupo de arquitetas, estudantes, moradoras das ocupações e da gestão do MSTC. O grupo atua na organização de reformas e melhorias para as ocupações, além prestarem o apoio aos moradores para conduzir instalações dos equipamentos de segurança contra incêndio, exigidos pelo Corpo de Bombeiro de São Paulo, após o incêndio da Ocupação do Edifício Wilton Paes de Almeida em 2018. A participação neste grupo, permitiu a compreensão de como o meio acadêmico deve se associar ao campo social e como se dá a organização do movimento, o funcionamento da rotina dos mutirões, as assembleias dos moradores e os critérios do movimento para englobar famílias socioeconomicamente carentes dentro das ocupações, sendo possível extrair o conjunto geral do funcionamento do regimento interno do movimento.

É importante esclarecer que metodologia inicial da presente pesquisa, contava com uma atuação e levantamento de dados obtidos em campo, que seria efetuado dentro da Ocupação Nove de Julho com apoio das mulheres atuantes no Movimento dos Sem Teto do Centro. O planejamento era se aproximar das moradoras e da gestão do movimento para compreender a dinâmica diária e as dificuldades dessa luta. Contudo, com o advento da pandemia provocada no início de março do ano de 2020, devido aos vírus SARS-CoV-2 causador da doença COVID-19, impossibilitou a parte do levantamento da pesquisa de campo que acabou sendo mesclada com a pesquisa bibliográfica, onde foram utilizados diversas entrevistas e documentários de moradoras da ocupação, relatados no item de resultados do presente artigo.

Desta forma, a exposição Alma de Bronze (2016-2018) da artista Virginia de Medeiros, foi utilizada como base para análise dos resultados que consideram a convivência com as lideranças femininas do MSTC, retratando a história e cotidiano destas mulheres. Cada

entrevista dura aproximadamente 13 minutos, e giram em torno de algumas perguntas centrais, entre elas: “Você se considera uma guerrilheira contemporânea, uma mulher vitoriosa?” e “Qual é a sua ferramenta de força de luta?” A partir desta consideração, foi possível caracterizar as principais dificuldades das mulheres de baixa renda no espaço urbano e como ocorre a apropriação do direito à cidade.

Destacando-se pelas questões da desigualdade de gênero e a problemática da limitação cultural construída ao longo da história por uma sociedade machista, associados também a dificuldade de ascensão econômica para as mulheres. Por fim, o principal objetivo deste artigo, é instigar o debate aacerca das desigualdades de gênero e a conquistas do grupo feminino das camadas populares que atuam nos movimentos sociais de moradia.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1. AS MULHERES NA LUTA POR MORADIA

Utilizamos como resultados as entrevistas da exposição *Almas de Bronze* (2016-2018) da artista Virginia de Medeiros. A exposição foi o resultado da convivência da artista com as lideranças femininas da Frente de Luta por Moradia (FLM) e do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC) de São Paulo. As entrevistas foram conduzidas a partir da seguinte pergunta chave: “você se considera uma guerrilheira contemporânea, uma mulher vitoriosa?”. Iniciando o diálogo das mulheres que retratam suas vidas, dificuldades e superação através do envolvimento com o movimento de moradia. Retratamos também uma breve biográfica da ativista e coordenadora do Movimento de MSTC, Carmem Silva.

Carmem Silva – Coordenadora Geral do MSTC⁷

Carmem Silva Ferreira, Baiana, natural de Salvador, mãe de oito filhos, filha de militares, interrompeu sua trajetória acadêmica e profissional ao se casar na Bahia. Sofreu violência doméstica durante seu casamento e não suportando mais a situação, decidiu se tornar retirante vindo para São Paulo na década de 90, deixando seus filhos sob os cuidados de familiares. Chegando na metrópole se deparou com a cruel dificuldade de ter acesso ao local para se chamar de lar. Em contato com uma coordenadora do Movimento Sem Terra Leste 1 (MST Leste 1), Carmem iniciou o seu envolvimento no movimento de moradia, participando dos processos das ocupações na cidade de São Paulo. Em novembro de 1997 participou da festa⁸ no edifício abandonado do INSS, posteriormente chamado de Ocupação Cambridge, onde a ativista desenvolveu a sua essência política se tornando uma das principais líderes do movimento de moradia. Hoje Carmem Silva é referência no campo da

⁷ Extraídos trechos da entrevista concedida para o canal Jornalistas Livres em 2019.

⁸ Festa é o termo utilizado pelos movimentos de moradia, para nomear o dia em que entram num edifício vazio e instauram a ocupação.

representatividade das mulheres na luta por moradia, inclusive uma grande inspiração para o desenvolvimento do presente artigo.

Sonia

O relato da entrevista da Sonia, foi descrito de forma mais extensa, pois sua história é uma das mais comoventes, um exemplo da construção social que o movimento proporciona na vida das mulheres. Sonia é natural do Paraguai, tem três filhas, duas nasceram no Paraguai e uma no Brasil, deixou suas filhas e marido para tentar a vida neste país. Veio apenas com uma amiga quando seu marido que trabalhava com o transporte de soja acabou ficando desempregado por vários meses, diminuindo significativamente a renda familiar, relata: “Só eu trabalhando não dava, ganhava muito pouco por mês, a gente pagava aluguel, tinha que comer, escola não é de graça. [...] Aquilo mudava pra mim, o salário.” No interior do Paraguai muitas pessoas acreditam que no Brasil havia mais possibilidades para conseguir um emprego e melhorar suas condições de vida. “Na minha vizinhança a gente falava, vai pro Brasil, e tinha muitos amigos que acabaram vindo pra cá, então eu falei pro meu marido, arruma dinheiro aí que eu vou”. Chegando ao Brasil, acabou indo diretamente para o bairro do Brás e relembra: “E passando a fronteira a pé, porque o dinheiro que eu tinha era só pra comprar a passagem. [...] Vim como sacoleira, eu lembro muito bem, desci no Brás, e as pessoas falando, falando e eu não entendia nada do que eles falavam”. Morando de aluguel no Bom Retiro, o dinheiro era bem pouco que algumas vezes não conseguia nem se alimentar. “Ai uma amiga me falou um dia, vai pra ocupação, por que aluguel é muito caro”. Sonia e família conseguem acesso à moradia digna através da Ocupação Nove de Julho. “A gente veio pra cá, no meu espaço, no meu canto, a gente está tranquilo. Minha filha estuda pertinho da escola, e aqui a gente tem de tudo. [...] Minha filha tem aula de reforço toda quinta feira, tem aula de gastronomia, tem de tudo e a gente tá aprendendo. [...] Eu não tenho vergonha de falar que moro na ocupação por que pra mim aqui não é ocupação.”

Sonia ainda relata sua experiência dentro do movimento e como conseguir sua moradia foi importante no processo de empoderamento e politização para seu crescimento pessoal. “Me considero uma guerreira, porque antigamente eu era fraca, agora o que fortaleceu foi a ocupação. Porque eu conheço mais das Leis do Brasil, que é meu país. [...] Chegando na ocupação eu me movi mais para saber as coisas, a agir e não sempre ficar calada.” Ainda relata sobre como o movimento mudou também o seu contexto familiar, “No meu país é assim, a tradição é a mulher ficar calada, só o homem pode falar ou fazer qualquer coisa, inclusive eu sou uma nova pessoa, por que também já posso dar minha opinião, aqui em casa meu marido mudou muito, ele era um homem machista, por que a família toda dele era assim, agora não, ele fala, eu falo e vamos conversando, então eu me considero uma guerreira, uma vencedora”. Menciona também a profunda admiração pela ativista e gestora

do MSTC, Carmem Silva. “A dona Carmem é a nossa mãe, de todos. [...] O que ela está fazendo por nós, ninguém faz, eu falo isso por mim. [...] Mãe é a que luta por você e faz qualquer coisa, para mim ela é uma lutadora e uma guerreira pra todas nós”.

Luciana e Adriana

Luciana é natural de Aracaju, Sergipe, veio morar em São Paulo com 25 anos, formada em massoterapia e acupuntura, teve vários os problemas por não possuir um endereço fixo, e ao conseguir sua moradia através do movimento, acabou trazendo também para o movimento sua sobrinha Adriana que sofre de uma condição especial, visto que teve poliomielite aos nove meses de idade. Luciana relata: “Eu me sinto uma guerreira, eu sou uma guerreira, uma mulher que não tem medo da vida, eu topo qualquer luta, aqui [no movimento] eu sou muito mais guerreira do que eu era lá fora, aqui posso mais, e quando sair daqui vou ser muito mais forte do que eu achei que era, eu sou uma guerreira e vitoriosa”. Luciana lembra o quanto o movimento foi importante para a compreensão do seu direito ao espaço urbano e pela credibilidade na sociedade. “O pessoal falava, olha é uma luta, tem muita luta. [...] Aí fui entendendo o que é a luta pelo espaço, pela liberdade, pela credibilidade na sociedade, a luta pela sua dignidade, você chega aqui destruída, e percebe que vai ganhando folego, consegue pensar, agir, tomar alguma atitude. Por que quando você está sendo massacrada, não consegue nem pensar.”

Leni

Leni é a assistente social da Ocupação Nove de Julho, mãe solteira de dois filhos, sofreu violência doméstica por muitos anos. Ao conseguir sua moradia através do movimento, conseguiu ingressar na faculdade de assistência social aos 50 anos de idade, a partir da sua trajetória no MSTC alcançou várias conquistas, como o acesso a graduação e libertação da violência doméstica. “Eu sou uma mulher que durante toda vida lutou contra preconceitos. [...] Achei que seria muito difícil conseguir ingressar na faculdade, porque né, negra, mãe solteira, que sofreu violência doméstica. [...] Eu sou uma sobrevivente da violência contra mulher, e hoje eu sou muito feliz em poder falar para outras mulheres que é possível sim sair da violência. [...] Ele colocou uma bala de festim num revólver 38, atirou em mim e me agrediu, mas eu sobrevivi.” O movimento conta com o acompanhamento no dia a dia dos casos de violência doméstica dentro da ocupação, orientando as vítimas a prestarem queixa na delegacia e pedindo medidas protetivas, além de contar com visitas da guarda municipal para garantir que elas estão sendo bem assistidas.

Devido as dificuldades enfrentadas durante a pesquisa que impediram o aprofundamento pretendido no projeto inicial, como por exemplo, o acompanhamento da trajetória das moradoras da ocupação, sendo impossibilitado devido a necessidade do

distanciamento social imposto pela pandemia do Corona Vírus. Foi utilizado como base para os resultados as entrevistas das moradoras da Ocupação Nove de Julho, citadas acima.

Deste modo, fica claro que a atuação do movimento se tornou extremamente importante na formação política dessas mulheres, possibilitando diversas conquistas. A principal e mais considerável é o acesso à moradia digna numa região dotada de infraestrutura e equipamentos públicos, como bibliotecas, centro culturais, creches, escolas, universidades, etc. Uma grande vantagem de conseguir o endereço fixo na região central, é poder morar próximo ao local de trabalho, diminuindo o tempo de deslocamento no transporte público, e ganhando tempo para as atividades extras, como as domésticas, os cuidados com as crianças e o tempo a mais para cuidar de si. As mulheres ao relatarem suas conquistas, mostram estar muito mais confiantes de si mesmas após o envolvimento por lutas sociais, o fato de reconhecerem quais são os seus direitos faz com que se sintam fortalecidas, não se permitindo serem subjugadas ou exploradas novamente.

Outro ponto primordial, é fato de as vítimas de violência doméstica conseguirem se libertar dessa situação, o acesso à moradia possibilita ter um local de amparo legal, proteção, e apoio psicológico, as mulheres ganham forças para se desenvolver em diversas esferas. O movimento também realiza algumas ações de promoção ao cuidado com a saúde das moradoras. Em parceria com instituições privadas e públicas, é realizado consultas médicas periódicas e até alguns exames ginecológicos básicos, também é realizado tratamentos odontológicos no pátio da ocupação, especialmente para as crianças.

O acesso à educação é essencial para abranger as diversas possibilidades de conseguir melhores condições financeiras, e só é possível quando se tem um endereço fixo e um local seguro com espaço para estudar. Muitas mulheres relatam que após muitos anos de luta, enfim conseguem concluir os seus estudos, algumas até concluíram uma graduação, obtendo o nível superior de ensino, além das oficinas e cursos que são promovidas nas ocupações, permitindo a formação destas mulheres enquanto cidadãos.

Abordamos a análise de um movimento que promove conquistas diárias e mudanças profundas nas vidas de diversas mulheres e crianças, além da atuação na regulamentação de políticas públicas de acesso a moradia. Nesse sentido, a participação destas mulheres no movimento de moradia confronta as próprias individualidades das questões sociais, transformando o sentimento de sororidade⁹ uma potência na luta social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁹ União de mulheres que compartilham os mesmos ideais e propósitos, normalmente de teor feminista, sendo caracterizada pelo apoio mútuo evidenciado entre essas mulheres

As experiências das mulheres com as relações obtidas no envolvimento pela luta dos movimentos sociais de moradia, revelam-se muito entusiasta, ao compararmos os dados relatados na construção do espaço urbano e o direito à cidade, as mulheres adquirem força e politização que influenciam na organização da mobilização de outros grupos dentro do movimento.

A conquista da moradia para as mulheres garante uma confiança e um empoderamento admirável, dado as dificuldades enfrentadas até chegar no estágio atual. O que chamamos de empoderamento, acaba ocorrendo de forma natural, sem uma consciência feminista, as mulheres ao participarem da liderança do movimento se tornam mais fortes e acreditam em si de tal forma que permite que elas conduzam a sua própria luta, ampliando para que outras pessoas também consigam ter acesso à moradia digna.

Cabe também ressaltar a importância dos movimentos sociais no debate e reivindicação do acesso à moradia para a população de baixa renda, e na reivindicação do direito à cidade, e a formação de indivíduos politizados, conscientes na tomada de decisões na esfera política do país.

6. REFERÊNCIAS

MEDEIROS, V. "Almas de Bronze". 2016-2018. Disponível em <<http://virginiademedeiros.com.br/obras/alma-de-bronze/>> Acesso em 14 de setembro de 2020.

ATAL, J. P., ÑOPO, H. e WINDER, N. "Novo século, velhas desigualdades: diferenças salariais de gênero e etnia na América Latina". Disponível em <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=2208929>>. Acesso em 10 de maio de 2020.

BRASIL. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidades – Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais de política urbana. 2ª. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BARBOSA, Roberto Benedito. Protagonismo dos movimentos de moradia no centro de São Paulo: trajetória, lutas e influências nas políticas habitacionais. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território. Universidade Federal do ABC, Santo André, 2014. Dados estatísticos demográfico da Secretaria de Urbanismo.

Disponível em
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/info_cidade/demografia/index.php?p=260265>. Acesso em 10 de setembro de 2020.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. São Paulo. c2000.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. A cidade e Arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero. Tese de doutorada apresentada à FAU-USP. São Paulo, 2004.

HIRATA, Helena. “Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”. *Tempo soc.* [online]. 2014, vol. 26, n.1, pp. 61-73. 2014.

KERGOAT, Danièle. “Divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo” In “Dictionnaire critique du féminisme” Paris: Ed. Presses Universitaires de France, 2000.

LEFEBVRE, Henri. “O direito à cidade”. São Paulo: Centauro Editora. 2009.

Luísa Erundina de Souza, Biografia da FVG – CPDOC. Disponível em
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luisa-erundina-de-sousa>>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

MARICATO, Ermínia. “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias” in A Cidade do Pensamento Único – Desmanchando Consensos. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2000.

PIOTTO, Marcele Lemos. Moradia e Urbanismo Insurgentes: Estudo na área central de São Paulo. Trabalho final de Graduação de Arquitetura e Urbanismo. Belas Artes. São Paulo. 2018

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Lei 16.050/14 – Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. São Paulo: 2014.

ROLNIK, Raquel. “Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes”. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/emetropolis_n05.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2019.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia. Editora: Boi tempo, 2015.

VIEIRA, Alessandra; KOHARA, Luiz Tokuzi. "A Problemática dos Cortiços em São Paulo". In: São Paulo (SP) Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 1ª Jornada em Defesa da Moradia Digna. São Paulo: Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2008, p. 95-98.

VILLAÇA, Flavio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: Ed. USP, 2004.

TIRABOSCHI FERRO, M. C. Desigualdades e participação improvável contestando subjetividades subalternas no movimento de moradia de São Paulo. 2018. 308 p. Tese (Doutora em Ciência Política) – Unicamp, Campinas, 2018.

SANCHES, Débora. Processos participativos como instrumento de moradia digna: uma avaliação dos projetos da área central de São Paulo – 1990 a 2012. 2015. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

Secretário da Habitação detalha metas para 2020 para o município de São Paulo. Disponível em <<https://sindusconsp.com.br/secretario-da-habitacao-detalha-metas-para-2020-para-o-municipio-de-sao-paulo/>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2020.

Contatos: patricia.ramoslr@outlook.com.br e debora.sanches@mackenzie.br